

RÚBEN BRIGOLAS SÓCIO PLMJ ADVOGADOS - RVL

“Confiança e transparência moldam o futuro mineiro de Angola”

Sócio da PLMJ destaca minerais críticos e estabilidade jurídica no investimento mineiro

Como caracteriza a sua participação no AIMC 2025 em Luanda? Extremamente positiva e uma oportunidade para trocar impressões com vários *stakeholders* do sector Mineiro, tanto de Angola quanto do estrangeiro. As discussões foram particularmente enriquecedoras, sobretudo no que respeita ao papel de Angola no contexto dos minerais críticos e à necessidade de criar um enquadramento estável e previsível para o investimento responsável. Ficou demonstrado o crescente interesse que o país desperta e reforça a importância de continuarmos a construir pontes entre o investimento internacional e o quadro jurídico angolano.

Qual foi o principal objectivo da sua presença enquanto representante da PLMJ?

O de contribuir para o debate sobre os desafios e oportunidades que Angola enfrenta nesta nova fase de desenvolvimento, especialmente os relativos aos minerais críticos. A Conferência foi um espaço privilegiado de partilha de experiências, tanto em Angola quanto noutros países africanos, e sublinhou a importância de um enquadramento jurídico sólido e previsível para a atracção de investimento. Penso que era especialmente relevante reforçar a ideia de que o sucesso do sector depende de uma relação próxima e transparente entre investidores, entidades públicas e as comunidades locais.

Temas do evento & relevância para Angola.

O que considerou mais relevante na agenda do evento — por exemplo, o lançamento do cadastro mineiro digital ou o foco em minerais críticos?

Destacaria o lançamento do cadastro digital mineiro. É um passo decisivo no reforço da transparência, da eficiência administrativa e da segurança jurídica. Um cadastro electrónico, actualizado e acessível, permitirá aos investidores consultar em tempo real a situação dos direitos mineiros, aumentando a previsibilidade e a confiança nos processos de licenciamento e gestão de concessões.

Será preciso garantir que o cadastro permite avaliar as áreas libertadas pelos projectos, algo manifestamente fundamental para a optimização dos recursos geológicos.

“

Modernização do sector e o foco em minerais críticos marcam o início de uma nova fase da economia angolana

”

Para Angola, esta modernização representa muito mais do que um avanço tecnológico. É um sinal de credibilidade institucional e de maturidade regulatória, demonstrando que o país está empenhado em alinhar-se com as melhores práticas internacionais. Este tipo de ferramenta é essencial para atrair investimento sério e a longo prazo, e para garantir uma gestão mais transparente e sustentável dos recursos minerais.

Em que medida o evento confirma ou altera a visão que têm de Angola como destino de investimento mineiro?

Angola é claramente um destino cada vez mais consistente para o investimento mineiro e esta visão é partilhada por muitos. A trajectória do país tem sido de evolução constante, marcada por reformas estruturais (desde logo, com a criação da Agência Nacional de Recursos Minerais), maior abertura ao investimento privado e um esforço visível de modernização institucional.

Angola já não é apenas uma história de diamantes. A presença crescente de projectos ligados aos Minerais críticos marca o início de uma nova fase de diversificação e modernização do sector Mineiro e esta evolução traduz uma tendên-

cia clara, não apenas pela riqueza e variedade dos recursos naturais, mas também pela forma cada vez mais estruturada como o país tem vindo a desenvolver o sector. Além disso, Angola afirma-se agora como um actor estratégico no abastecimento global de minerais essenciais, apoiando-se em infra-estruturas logísticas de grande relevância regional, com destaque para o Corredor do Lobito, que se assume como um eixo determinante na integração de Angola nas cadeias de valor internacionais.

Hoje, Angola apresenta um quadro jurídico e regulatório estável, autoridades técnicas mais capacitadas e uma abordagem cada vez mais profissional na gestão dos recursos minerais.

Como avaliaria a relevância atribuída aos minerais críticos (como cobre, lítio, terras-raras) no contexto da transição energética e ao papel de Angola?

É absolutamente central e Angola começa a posicionar-se de forma cada vez mais interessante neste cenário global. A transição para uma economia descarbonizada depende de recursos como o cobre, o lítio e as terras-raras, essenciais para a produção de baterias, veículos eléctricos e infra-estruturas de energia renovável.

Embora os projectos de minerais críticos em Angola ainda se encontrem numa fase inicial, já existem algumas iniciativas promissoras em curso e inclusive em produção. É natural que, à medida que o conhecimento geológico e a confiança dos investidores aumentam, surjam progressivamente mais projectos capazes de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento económico.

Angola reúne condições favoráveis para concretizar esse potencial. A estabilidade política e institucional tem vindo a consolidar-se, existe uma vontade política clara de diversificar a economia e de reduzir a dependência do petróleo e dos diamantes, e o Governo tem demonstrado uma abordagem pragmática e aberta ao investimento privado, tanto nacional quanto estrangeiro.

A par disso, a adopção de reformas legais, a aposta em infra-estruturas logísticas e energéticas, e o compromisso com a transparência e a boa governação criam um



ambiente que inspira cada vez mais confiança. Tudo isto permitirá a Angola transformar o seu potencial geológico numa realidade concreta.

Por fim, Angola encontra-se numa posição particularmente interessante para tirar partido das sinergias entre o sector Petrolífero e o sector Mineiro, em especial através dos projectos *onshore*. A expansão das operações petrolíferas em terra firme está a criar uma base logística, energética e tecnológica que deve ser aproveitada de forma estratégica pelo sector Mineiro, sobretudo em regiões com potencial geológico ainda pouco explorado. Trata-se de uma abordagem inteligente e integrada, já adoptada com sucesso noutros países, que pode acelerar o desenvolvimento sustentável e a diversificação económica de Angola.

Apesar dos desafios regulatórios, este “*double dip*” pode gerar eficiências significativas e acelerar a diversificação da economia angolana. A utilização de tecnologias de perfuração, sísmica e digitalização industrial, já testadas no sector Petrolífero, pode reduzir significa-

tivamente os custos de prospecção, reduzir a pegada ambiental e reforçar a capacidade de mapeamento e monitorização ambiental no sector Mineiro.

Que sectores ou fases da cadeia de valor mineiro em Angola (exploração, processamento, transformação, logística, infra-estrutura) considera como sendo os mais “maduros” e quais os que ainda estão em fase inicial?

Há níveis de maturidade distintos ao longo da cadeia de valor. As fases operacionais encontram-se hoje relativamente mais desenvolvidas, fruto da experiência acumulada no domínio dos diamantes e da crescente presença de investidores estrangeiros que começam a aplicar esse *know-how* a outros minerais.

Já as etapas de processamento e transformação mineral ainda se encontram numa fase embrionária, embora com sinais claros de evolução. O Governo tem manifestado uma vontade política forte de estimular o conteúdo local, pro-



RUMO AO FUTURO
MINERAÇÃO RESPONSÁVEL
FUTURO E IMPACTO ECONÓMICO-SOCIAL

De que forma acredita que Angola pode converter o seu “potencial geológico” em valor acrescentado verdadeiro e sustentável para a economia nacional, sociedade e ambiente?

Adoptar uma visão integrada, que vá muito além da simples extracção de recursos. É essencial reforçar o conhecimento geológico do território, através de programas sistemáticos de mapeamento e digitalização, que permitam atrair investimento informado e reduzir o risco exploratório. O Plano Nacional de Geologia (Planageo) é uma base importante, mas precisa de ser continuamente actualizado e disponibilizado de forma acessível aos investidores e instituições académicas. Em segundo lugar, Angola deve apostar na criação de valor dentro do país, estimulando o processamento, refino e transformação industrial dos minerais, de modo a gerar emprego qualificado, inovação tecnológica e receitas fiscais mais consistentes. A par disso, é fundamental garantir que o crescimento do sector seja social e ambientalmente responsável. Isso implica uma gestão rigorosa dos impactos ambientais, a promoção de projectos comunitários duradouros e o envolvimento efectivo das comunidades locais nas decisões que as afectam. Finalmente, o país deve continuar a melhorar o ambiente de negócios e o quadro regulatório, tornando-o mais previsível e competitivo, e apostar em parcerias estratégicas que combinem capital, tecnologia e formação.

Qual considera que será o impacto da conferência (e dos seus temas) a curto/médio prazo (2-5 anos) para o sector Mineiro angolano?

O AIMC 2025 teve um impacto relevante, não apenas como espaço de debate, mas como plataforma de alinhamento entre os principais *stakeholders* do sector Mineiro angolano. No curto e médio prazo, acredito que os efeitos mais visíveis se farão sentir em três dimensões principais. Por um lado, a Conferência reforçou a confiança dos investidores e a visibilidade internacional de Angola como destino mineiro. A presença de grandes operadores, bancos e instituições multilaterais confirmou que o país está no radar global e que existe um interesse genuíno em explorar o potencial dos minerais críticos. Por outro lado, temas como o cadastro mineiro digital, a transparência e a governação do sector deverão traduzir-se em melhorias institucionais concretas, tornando os processos de licenciamento e de monitorização mais ágeis, previsíveis e credíveis. Para além disso, a Conferência proporcionou um espaço privilegiado de encontro e diálogo informal entre os diversos intervenientes da cadeia de valor mineira. Esse contacto directo favorece novas parcerias, trocas de experiências e identificação de oportunidades, aproximando quem define políticas de quem executa os projectos no terreno. Por fim, a discussão sobre sustentabilidade, industrialização e conteúdo local tenderá a consolidar uma nova geração de políticas públicas e de práticas empresariais mais responsáveis. Nos próximos anos, deverá emergir um maior número de projectos integrados, que combinam exploração, processamento e formação de quadros nacionais.

A situação actual dos preços no mercado mundial são um factor de atracção ou inibição para os investidores?

No contexto actual, sim. A transição energética global e o crescimento exponencial da procura por minerais como o cobre, o lítio, o cobalto ou as terras-raras têm vindo a sustentar um interesse estratégico por parte de Governos, instituições financeiras e empresas. Mesmo com oscilações pontuais de preço, o consenso do mercado é que estes recursos manterão um valor estrutural elevado a médio e longo prazo, dada a sua centralidade na descarbonização e na mobilidade eléctrica. No entanto, a correcção dos preços internacionais de alguns minerais críticos, especialmente o lítio, tem levado os investidores a adoptar uma abordagem mais selectiva e prudente, favorecendo projectos com custos competitivos, boa infra-estrutura de apoio e enquadramento jurídico estável. Para países como Angola, esta conjuntura representa uma oportunidade importante, desde que consiga garantir transparência, estabilidade regulatória e viabilidade técnica. O momento é particularmente favorável para atrair investimento estruturado e de longo prazo, orientado não apenas para a extracção, mas também para a criação de valor local.

mover a industrialização mineira e acrescentar valor dentro do país. No que respeita à logística e às infra-estruturas de suporte, existem progressos significativos, nomeadamente com a valorização do Corredor do Lobito, que poderá vir a desempenhar um papel crucial na ligação entre os projectos mineiros do interior e os portos de exportação. Contudo, ainda há um caminho a percorrer para atingir padrões internacionais de integração e eficiência logística.

Desafios e oportunidades para Angola
Quais são os principais entraves que continuam a afectar o investimento mineiro em Angola — por exemplo, estabilidade regulatória, licenciamento, conteúdo local, infra-estrutura?

Apesar dos progressos registados nos últimos anos, o investimento mineiro em Angola continua a enfrentar alguns entraves estruturais que limitam o seu plano desenvolvimento. Em primeiro lugar, subsistem

dificuldades significativas de financiamento, sobretudo nas fases iniciais de prospecção e pesquisa, que são naturalmente mais arriscadas e exigem capital paciente. A ausência de instrumentos financeiros adequados e de mecanismos de partilha de risco afasta investidores que poderiam contribuir para a descoberta e valorização de novos depósitos minerais. Em segundo lugar, persistem desafios logísticos e de infra-estruturas, particularmente no interior do país, onde muitos projectos enfrentam custos acrescidos de transporte, energia e acesso a portos. A operacionalização plena de corredores estratégicos, como o Corredor do Lobito, e o reforço da rede energética e rodoviária serão essenciais para garantir a viabilidade económica de novos empreendimentos. Um terceiro desafio está relacionado com a actividade de garimpo ilegal, que continua a provocar distorções no mercado, perdas significativas de receita para o Estado e impactos sociais e ambientais

relevantes. O combate eficaz a este fenómeno é essencial para garantir a credibilidade, a transparência e a integridade do sector Mineiro. Para que esse combate seja bem-sucedido, é fundamental um envolvimento activo das instituições do Estado e das entidades locais, quer através da fiscalização efectiva e célere, quer promovendo programas de sensibilização e inclusão económica das comunidades afectadas. Cabe ao Estado assegurar a protecção dos direitos mineiros legalmente atribuídos e criar as condições necessárias para que o investimento formal se desenvolva num ambiente de segurança jurídica e concorrência. Finalmente, é necessário evoluir para um quadro legal e fiscal mais competitivo e previsível, que ofereça incentivos claros ao investimento responsável. Apesar de uma melhoria significativa nos últimos anos, ainda existe algum espaço para melhoria. Um ambiente jurídico estável e fiscalmente equilibrado permitiria que os investidores se comprometessem de forma

mais duradoura com projectos de sustentabilidade, desenvolvimento local e formação de quadros nacionais, elementos fundamentais para transformar o potencial mineiro angolano num verdadeiro motor de crescimento económico e social. Por exemplo, considerar a criação de regimes para “minas marginais” ou sistemas que acomodem uma correcção demasiado acentuada do preço (de mercado) dos minerais, à semelhança do que se faz na Zâmbia e Tanzânia, que permitem ajustes fiscais e de *royalties* em períodos de queda acentuada de preços.

Tendo em conta a sua presença no evento, que sinais de progresso concretos identificou (legais, institucionais ou operacionais) que possam mitigar esses entraves?
Em termos institucionais, destaco a implementação do cadastro mineiro digital, uma medida que reforça a transparência, reduz a burocracia e facilita o acesso à informação. A adesão à Iniciativa

para a Transparência nas Indústrias Extractivas (EITI) é outro passo concreto que contribui para um ambiente de maior confiança e credibilidade internacional. No plano operacional, há avanços na melhoria das infra-estruturas logísticas, com destaque para o Corredor do Lobito, que começa a ganhar relevância como eixo estratégico de transporte de minérios, ligando as zonas de produção ao litoral e potenciando as exportações. A nível legal e regulatório, nota-se um esforço contínuo de actualização do quadro normativo, com o objectivo de o tornar mais coerente, previsível e atractivo para o investimento privado. Há também uma abertura crescente das autoridades para dialogar com o sector Privado, o que permite ajustar políticas e práticas à realidade do mercado. Por exemplo, posso destacar a boa articulação que a Agência Nacional de Recursos Minerais tem feito com os investidores durante o processo de atribuição de direitos mineiros, onde promove, através das Comissões de Negociação a que preside, quadros contratuais cada vez mais favoráveis e alinhados com as melhores práticas internacionais. Por fim, é particularmente encorajador constatar uma vontade política cada vez mais determinada em promover a sustentabilidade, a formação de quadros nacionais e a industrialização do sector mineiro. Estes pilares, se forem devidamente consolidados e acompanhados por políticas consistentes e de longo prazo, poderão criar as bases de um ecossistema Mineiro moderno, competitivo e auto-sustentável, capaz de gerar valor real para Angola e de posicionar o país como uma referência no panorama mineiro africano.

Em termos de transformação local de minerais (refinação, processamento) — qual o grau de maturidade que Angola tem hoje e qual o percurso que recomenda?
Como dito anteriormente, a transformação local de minerais em Angola ainda se encontra numa fase inicial de desenvolvimento, mas o tema começa, felizmente, a ganhar maior prioridade na agenda política e empresarial. Até há pouco tempo, o foco estava essencialmente na exploração e exportação em bruto, sobretudo no segmento dos diamantes. Contudo, nota-se já uma mudança de paradigma, com a criação de algumas unidades de lapidação e o crescente interesse em projectos de refino e processamento de minerais metálicos. Do ponto de vista estratégico, Angola deverá agora consolidar um plano nacional de industrialização mineira, que promova parcerias entre o sector Público e Privado e assegure um enquadramento jurídico e fiscal favorável à instalação de infra-estruturas de processamento e refinação. Tal percurso exige investimento em energia fiável, logística e formação técnica, bem como incentivos concretos para atrair empresas especializadas em tecnologia.

É igualmente fundamental garantir que esta transformação ocorra de forma gradual e sustentável, acompanhada de transferência de conhecimento e capacitação de quadros nacionais, e especialmente os locais, para que o valor acrescentado permaneça no país.

Que papel atribui à associação entre investimento externo e desenvolvimento de capital humano/local no sector Mineiro angolano?

Esse é o elemento-chave para garantir a sustentabilidade a longo prazo do sector Mineiro. O investimento estrangeiro traz capital, tecnologia e experiência operacional. Dito isto, o investimento só produz verdadeiro impacto local quando é acompanhado por transferência de conhecimento e pela formação de quadros nacionais (e se possível, locais) capazes de assumir, progressivamente, funções técnicas e de gestão.

Este equilíbrio entre capital externo e capacidade interna é o que transforma um ciclo de investimento numa dinâmica de desenvolvimento estrutural. Angola tem vindo a demonstrar uma crescente consciência dessa necessidade, através de políticas que incentivam a formação, o conteúdo local e as parcerias com universidades e centros técnicos.

O ideal é que cada novo projecto mineiro traga não apenas retorno financeiro, mas também competências, emprego qualificado e *know-how* que fiquem no país e que possam ser replicados noutros sectores. Dessa forma, o investimento estrangeiro deixa de ser apenas um instrumento económico e torna-se um motor de soberania e capacitação nacional.

Para investidores estrangeiros ou empresas de serviços que acompanham o sector Mineiro angolano, que mensagens ou pontos de atenção emergiram da conferência?

Para os investidores e prestadores de serviços, a principal mensagem é que há espaço e necessidade de participação, mas também a exigência de um compromisso sério com a sustentabilidade, o conteúdo local e a criação de valor partilhado. As autoridades angolanas estão mais receptivas do que nunca à cooperação, mas procuram parceiros que tragam não só capital, como também competência técnica, tecnologia e formação. Aliás, este compromisso deve ser demonstrado durante a negociação do contrato de investimento mineiro, pois está ligado a melhores condições e benefícios fiscais para o projecto.

Que papel está a PLMJ a desempenhar ou a querer desempenhar no apoio a projectos mineiros em Angola — e em particular à transição para minerais críticos e cadeias de valor locais?

A PLMJ (através da PLMJ Colab Angola — RVA Advogados) tem procurado desempenhar um papel activo e consistente no apoio jurídico a projectos mineiros em Angola e em outros países da lusofonia, acompanhando todas as fases do projecto, incluindo a

prospecção e licenciamento até à negociação de contratos, financiamento e implementação. Trabalhamos em estreita colaboração com os investidores, autoridades públicas e entidades reguladoras, com o objectivo de garantir que cada projecto seja juridicamente sólido, financeiramente viável e socialmente responsável.

Em particular, temos vindo a concentrar-nos na transição para os minerais críticos, apoiando empresas e instituições que procuram posicionar-se nesta nova fronteira da mineração angolana. O nosso papel é garantir que estes projectos sejam estruturados de forma transparente, sustentável e em conformidade com as melhores práticas internacionais, promovendo simultaneamente a criação de cadeias de valor locais e o desenvolvimento de competências nacionais.

Acresce que estes factores (transparência, sustentabilidade e integração local) são hoje condições essenciais para o acesso a financiamento nacional e internacional. As instituições financeiras, tanto públicas quanto privadas, têm demonstrado um interesse crescente por projectos de minerais críticos, sobretudo aqueles que apresentam compromissos claros em matéria ambiental, social e de governação (ESG). Nesse sentido, a nossa intervenção visa também ajudar os promotores a alinhar-se com esses critérios, aumentando a credibilidade e a bancabilidade dos projectos.

Através da PLMJ Colab, conseguimos oferecer uma combinação única de conhecimento jurídico local e visão internacional, o que nos permite apoiar investidores estrangeiros com segurança e pragmatismo.

Como vê evoluir a relação entre Angola e Portugal (ou

empresas lusófonas) no sector Mineiro, especialmente nestes novos domínios de minerais críticos e transição energética?

Continua a ser relevante e com margem para evolução, mas deve ser encarada de forma realista e complementar. Embora Portugal ofereça proximidade cultural, afinidade jurídica e experiência consolidada em serviços técnicos e jurídicos ligados à energia e infra-estruturas, a verdade é que a sua experiência específica em minerais críticos ainda é limitada. A maioria dos projectos portugueses nesta área encontra-se em fase de prospecção ou licenciamento, o que significa que o país ainda está a construir o seu próprio conhecimento prático neste domínio.

Assim, o papel de Portugal e das empresas lusófonas poderá ser mais o de parceiros estratégicos, contribuindo com *know-how* regulatório, engenharia, ambiente, sustentabilidade e boas práticas de governação, áreas em que têm já uma presença consolidada.

Angola, por seu lado, oferece o potencial geológico e a escala dos recursos, o que abre espaço para colaborações triangulares, envolvendo parceiros internacionais com experiência técnica específica em minerais críticos e empresas lusófonas capazes de garantir a solidez jurídica, a transparência e a integração institucional dos projectos.

No contexto da transição energética, esta aproximação entre Angola e Portugal deve, portanto, ser vista como uma oportunidade de convergência, em que ambos os países possam contribuir para o desenvolvimento de projectos mineiros sustentáveis, inclusivos e tecnicamente robustos, reforçando o papel do espaço lusófono no panorama mineiro internacional. &

